

ATA N.º 16/2015 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, presidida pelo Sr. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira e João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT).

Esteve ainda presente no apoio à reunião: Dora João Duarte Cardoso Baptista, Secretária do gabinete de Apoio à Presidência.

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram 15 horas e 22 minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 10 de setembro de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de 138.475,18 €.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Pedro Gaspar inicia a sua intervenção referindo que uma vez mais não vieram atas para analisar, e questiona ainda qual a planificação para a elaboração das atas.

Sobre a promoção da ALPIAGRA, intervém para questionar o fato do cartaz do carril ter sido substituído antes da feira por um da Feira da Luz. Ainda sobre a ALPIAGRA, considera que o espaço está melhor que no ano passado em termos de apresentação, mas relativamente à Inauguração refere a ausência da personalidade convidada, por motivos pessoais.

Refere ainda uma frase do discurso do Sr. Presidente, na qual agradece o esforço dos funcionários, mas só de alguns, e pede para ser esclarecido sobre esta frase.

Informa também que irá solicitar as contas finais do evento.

Sobre a supressão da reunião de Câmara, quanto à justificação dada pelo Sr. Vereador Carlos Pereira de que haveria outra reunião do mês de Agosto, informa que essa reunião foi extraordinária.

Relativamente à progressão na Carreira dos Bombeiros Municipais, questiona sobre o desenvolvimento deste processo.

O Sr. Vereador Francisco Cunha referindo-se à periodicidade das reuniões de Câmara, demonstra o seu desagrado e afirma que as coisas não são feitas com rigor e profissionalismo. Afirma também

que o Sr. Presidente já suprimiu duas reuniões, e não percebe que não existam assuntos para tratar, com tantos problemas que existem no concelho.

Relativamente às atas, questiona sobre uma notícia que saiu no Jornal O Mirante que refere que as atas do Município de Alpiarça estão em dia e que o problema pré existente já foi corrigido. Pois considera que esta notícia não é de todo verdadeira.

Relativamente à Barragem, questiona onde estão a ser colocados os resíduos da Estação de tratamento das águas, da empresa Águas do Ribatejo.

Questiona ainda o Sr. Presidente, se sabe da existência de uma praga de baratas no subsolo da Vila. Relativamente ao assunto dos Info-mails enviados pelo Município, especialmente o que fala sobre os Bombeiros Municipais, gostaria que o Sr. Presidente concretiza-se se houve acidente ou não, e que fosse mais claro sobre quem acusou ou caluniou os Bombeiros Municipais em relação a este assunto.

Relativamente à ALPIAGRA, refere que em termos visuais concorda que a Feira está mais bonita e arrumada, não estando por isso mais organizada. E considera também, em termos de substância, uma das piores Feiras de sempre.

Ainda relativamente a este assunto, questiona o porquê de ter sido cancelada a prova de atletismo prevista no programa do evento.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Vereador Pedro Gaspar relativamente ao cartaz do parque do carril, concorda com a estranheza da situação, e com o facto de se estar a publicitar a Feira da Luz em vez da ALPIAGRA.

Afirma ainda que foi esta a primeira vez que em cerca de 30 edições não viu nenhuma entidade externa a inaugurar uma feira, e questiona como foi endereçado o convite à individualidade convidada e o porquê de não ter existido um plano B.

Fala também sobre uma entrevista do Sr. Presidente a um jornal no qual chama reacionários a todos os Alpiarçenses.

Aproveita para convidar o Sr. Presidente a visitar a Quinta da Lagoalva pelas estradas do Concelho, para poder ver em que condições se encontra o referido caminho.

Termina a sua intervenção pedindo ao Sr. Presidente que dê respostas concretas e concisas.

O Sr. Presidente em resposta às questões colocadas, informa que existem duas atas em atraso, fato que se deve a períodos de férias, mas informa que essas atas virão à próxima reunião.

Quanto às atas atrasadas e já enviadas para os Sr.s Vereadores, informa que aguarda as propostas de alteração por escrito, e que no final desta reunião poderá ser agendada a reunião para

apreciação destas atas.

Relativamente ao jornal O Mirante, informa que não interfere nas questões editoriais dos jornais e que efetivamente não existe nada a esconder, até porque qualquer cidadão do mundo pode ver as reuniões de Câmara através da Internet.

Quanto à ALPIAGRA, concorda que o novo espaço está muito mais agradável, e afirma que a área de implantação da Feira é muito grande tendo em conta a dimensão do concelho. Informa também que o convidado oficial para a inauguração, foi o Presidente da CCDR-Alentejo, que garantiu a sua presença, mas que na véspera da Inauguração enviou um email a indicar que por razões pessoais e imprevistas não poderia estar presente.

Relativamente ao discurso de abertura do Certame, refere que enalteceu o esforço de todos os funcionários que estiveram envolvidos na preparação e realização do evento.

Afirma também em resposta ao Sr. Vereador Pedro Gaspar que é muito difícil medir o retorno do investimento, pois o Município não tem forma de o fazer, o que implicaria a contratação de empresas externas, considera no entanto que o evento é relevante e importante para o concelho e questiona como é que 5 horas de transmissão em direto num canal nacional pode ser mensurável em termos de retorno.

Relativamente à Reunião de Câmara do mês de Agosto, informa que o assunto foi tratado pelo Sr. Sr. Vereador Carlos Pereira, e que apesar de não haver assuntos para tratar em Reunião de Câmara, existiram bastantes assuntos para resolver no dia-a-dia de gestão do Município.

Quanto à questão sobre os Resíduos da ETA, informa que os mesmos são tratados pela empresa Águas do Ribatejo e que o que vai no ramal para a Barragem, é água. Os resíduos dos filtros são transportados pela empresa de acordo com as regras.

Quanto à praga de baratas informa que efetivamente não tinha conhecimento de tal facto.

Relativamente à questão sobre o Info-mail, informa que todos os info-mails fazem parte de uma lógica de comunicação do Município, sobre assuntos que se considerem importantes, e neste caso foi em defesa dos Bombeiros Municipais.

Em relação à Estrada da Lagoalva, informa que o município tem um excelente relacionamento com a Lagoalva e que efetivamente o problema da estrada não se irá resolver sem acesso a fundos comunitários.

Quanto às outras questões colocadas dá a palavra aos Srs. Vereadores da maioria, sendo que relativamente ao Bombeiros Municipais e à progressão na carreira, o Sr. Vereador João Arraiolos responde que o despacho de 20 de julho veio só regulamentar a formação necessária para a

progressão na carreira de Bombeiro e que a informação enviada para o CEFA inclui todos os Bombeiros Municipais.

Quanto à prova de Atletismo, informa que os custos inerentes à sua organização tendo em conta o baixo número de participantes inscritos, levou ao seu cancelamento.

O Sr. Vereador Carlos Pereira relativamente ao cartaz do parque do Carril esclarece que esse Outdoor a publicitar a ALPIAGRA foi colocado no local em julho devido à realização do Festival do Melão e que o contrato foi feito por 30 dias.

Relativamente à ETA o Sr. Vereador Carlos Pereira explica que a empresa Águas do Ribatejo faz a limpeza dos filtros e as partículas são encaminhadas para outro local por uma empresa contratada pelas Águas do Ribatejo.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar volta a questionar relativamente ao assunto do outdoor e questiona qual a empresa responsável pelo espaço publicitário.

Relativamente ao assunto do SMS sobre os Bombeiros Municipais, informa que se sentiu incomodado pelo teor da mensagem e que também nunca se pronunciou sobre esta matéria.

Quanto ao discurso da ALPIAGRA, considera ainda que houve outras coisas que se alteraram, pois após 13 anos foi alterada a voz-off habitual para uma voz-off feminina, facto que consideraria perfeitamente normal, não fosse a voz anterior a do João Paulo Leal, funcionário que tem sobre si uma ameaça de processo disciplinar.

O Sr. Vereador Francisco Cunha intervém em continuação deste assunto para afirmar que o funcionário terá somente um processo disciplinar mas se fosse fácil despedir funcionários na Função Pública, a CDU já o tinha despedido há muito tempo.

Relativamente ao Mirante e ao facto do Sr. Presidente dizer que não interfere nas questões editoriais dos Jornais, lê uma comunicação de um Jornal que o acusa de ter feito uma advertência por escrito.

Sobre a questão da Barragem e à limpeza dos filtros da ETA afirma que tem perfeito conhecimento que os filtros contêm metais pesados e que esses são despejados na Barragem.

Voltando ao assunto da Reunião de Câmara, volta a afirmar que o Sr. Presidente não cumpriu a lei com a supressão da Reunião de Câmara de Agosto.

Relativamente à ALPIAGRA, mais concretamente sobre a inauguração, volta a questionar de que forma foi feito o convite. Informa ainda que ligou pessoalmente ao Sr. Dr. Roberto Grilo, a questionar a razão de não ter vindo à inauguração. O Sr. Dr. Roberto Grilo informou-o que foi contactado via email ao qual respondeu prontamente que vinha, no entanto e logo que surgiu a

impossibilidade tentou contactar o Sr. Presidente por telemóvel para informar que não podia vir mas não conseguiu pelo que informou também por email. O Sr. Vereador Francisco Cunha considera que não é normal que este tipo de convites não seja feito pelo Sr. Presidente por telefone, e considera também que é triste que ALPIAGRA não tenha tido nenhuma personalidade de relevância na sua inauguração.

Para concluir, relativamente aos Bombeiros faz uma declaração de interesses, informando que tem todo o respeito e consideração pela Instituição Bombeiros, não só por estes Bombeiros mas por todos aqueles que ao longo dos anos aprendeu a respeitar. Os Bombeiros desde sempre solicitaram alguns tipos de ajudas à sua família e sempre houve um sim da sua casa. Afirma ainda que foi o seu Pai que ofereceu o terreno para o quartel dos Bombeiros. Facto contraposto pelo Sr. Presidente que esclarece que o terreno não foi doado, mas sim permutado.

O Sr. Vereador Francisco Cunha informa também que já foi socorrido pelos Bombeiros e sempre foi tratado com o maior respeito, e só tem bem para dizer.

Em relação ao caso, informa que o Sr. Presidente foi imprudente, pois emitiu logo uma opinião e que se meteu por caminhos complicados, e por isso sentiu necessidade de se vir justificar.

Considera o Info-mail uma forma baixa de fazer política e uma forma de gastar dinheiro que não é seu.

Em resposta às questões colocadas o Sr. Presidente informa em relação ao outdoor do carril que existe um protocolo entre a Câmara e a empresa que gere os espaços publicitários e que a opção de colocação do Outdoor naquele local e durante aquele mês foi a realização do Festival do Melão. Quanto à publicação sobre as reuniões de Câmara, informa que a notícia se refere a outro Município e em complemento informa que Alpiarça comparativamente a outros Municípios é a mais transparente.

Após um pequeno intervalo, entra-se no período da Ordem do dia.

Ponto 1. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA – INF INT 12/CP/2015 - Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – Período de 01/08/2015 a 31/08/2015.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona relativamente às senhas de refeição do Festival do Melão, o facto de serem todas exatamente do mesmo valor.

Verifica também que o valor de aluguer do Multibanco para a Feira fica muito abaixo do valor referido no ano passado, que foi facto relevante para a não colocação do ATM no certame.

Relativamente a uma despesa de alojamento para ALPIAGRA, presumindo que não se trata de uma empresa de Alpiarça, questiona o porquê desta despesa.

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona sobre as taxas de Manutenção da AIRC, questionando que empresa é.

Questiona também a que processo se refere a Taxa de justiça, e relativamente à contratação da Empresa de segurança, sem concurso público questiona como é que foi escolhida e se foram contactadas outras empresas do concelho.

O Sr. Vereador João Arraiolos responde ás questões colocadas informando que os valores das refeições do Festival do Melão são iguais para todas a entidades pois as requisições são feitas por uma valor previsto máximo, não podendo depois as faturas exceder esse valor e que por regra tenta-se dar o mesmo número de refeições para cada entidade.

Quanto ao alojamento informa que esta adjudicação tem a ver com a vinda da RTP, e que o concelho não tinha condições para alojar toda a equipa.

Quanto à AIRC, informa que é a empresa que fornece o software da Câmara em várias áreas sendo o valor referente à taxa anual.

Relativamente à taxa de justiça não tem de momento presente a que se refere. Quanto à empresa de Segurança, outdoor e programa, informa que foram as empresas que apresentaram melhores condições.

Tomado Conhecimento.

Ponto 2. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - Informação Técnica n.º 32/2015 de 26 Agosto

Proposta de Constituição da Comissão de Acompanhamento para a Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Alpiarça – (CA)

O Sr. Presidente faz o enquadramento do Ponto.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar considera que é de louvar o convite aos concelhos limítrofes mas sugere que por uma questão de proximidade territorial se convide também o Município de Santarém.

Relativamente à extinção da valência da empresa contratada pelo Município, e que os técnicos dispensados desse empresa constituíram uma nova para não perderem o Know-How, questiona como foi feita a cessão da posição contratual. O Sr. Vereador João Arraiolos informa que esse assunto já foi discutido numa reunião de Câmara.

Questiona ainda se os técnicos serão os mesmos que se manterão a acompanhar este processo.

O Sr. Vereador Francisco Cunha intervém para afirmar que esta é uma das situações que identifica como funciona o serviço público, uma vez que a comissão já foi constituída há 3 anos e que há um ano que não existe nenhuma reunião desta comissão. Acha surreal que existam PDM's há 10 anos

que não são aprovados.

Aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha.

Ponto 3. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - Concurso Público N.º 3/2015/CCE para Aquisição de Energia Eléctrica. Proposta de Celebração de um acordo quadro, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 252 do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 Janeiro), para aquisição de Energia Eléctrica.

O Sr. Vereador João Arraiolos faz o enquadramento do ponto.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar solicita ao Sr. Vereador João Arraiolos que seja mais explícito em relação a determinadas situações, nomeadamente relativamente aos preços. Relativamente ao ponto 1 e), questiona se a deliberação foi tomada em sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia Municipal e se este facto não deveria vir referido.

Aprovado por maioria com duas abstenções do Sr. Vereador Pedro Gaspar e do Sr. Vereador Francisco Cunha.

Terminada a análise dos pontos incluídos na Ordem do Dia o Sr. Presidente informa que como adenda seguiram mais dois pontos a ser analisados.

Ponto 1. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA – Proposta de Deliberação do Sr. Presidente - Proposta do direito de superfície constituído sobre prédio situado em Fusca, Casal do Juncal ou Vale do Rato.

O Sr. Presidente faz o enquadramento do ponto.

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona se tendo a área do Terreno cerca de 1 hectare, não terá condições para a implantação das hortas comunitárias, e deixa essa sugestão.

Aprovado por Unanimidade, a reversão do direito de superfície do referido prédio a favor do Município por incumprimento contratual por parte da empresa, revertendo a favor do Município quaisquer benfeitorias que ali tenham sido feitas e sem direito a qualquer indemnização.

Ponto 2. Apreciação do Documento “Futuro do Centro Infantil da Fundação José Relvas”, remetido pelos pais e encarregados de educação das salas da creche e pré-escolar do centro infantil da FJR.

O Sr. Presidente informa que considera que a posição do Município deveria ser que a administração diligencie no sentido de acolher todas as crianças que pretendam frequentar a Fundação José Relvas, nem que para isso tenham de reverter a situação.

Tomado Conhecimento.

Foi proposto pelo Sr. Presidente, com o acordo dos Srs Vereadores da CDU, a Câmara fazer uma recomendação ao Conselho de Administração da Fundação José Relvas, para que o mesmo garanta

o acolhimento de todas as crianças em condições de frequentar a FJR, deixando também criadas as condições para que a valência se possa expandir. Estando a Câmara Municipal disponível a procurar o acordo com outras instituições para que a situação possa ser revertida.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar informa que leu com atenção a carta e que recolheu algumas informações e que tem conhecimento que existem pais que não têm conhecimento da carta enviada ao Conselho de Administração, nem de quem a redigiu apesar de estar assinada por representantes das salas.

Informa que os seus filhos também frequentam uma IPSS e que sabe perfeitamente como é que as coisas funcionam e como é que os pais se movimentam, pelo que estranha o facto de carta levantar questões técnico pedagógicas que implicam um conhecimento mais profundo dos assuntos e até da própria Instituição.

Gostaria também de perceber a dinâmica que existe entre a Câmara, a Fundação e os próprios Pais.

Em primeiro lugar questiona se a Câmara teve ou não conhecimento antecipado desta decisão.

Em segundo lugar, tendo tido efetivamente conhecimento, qual foi a posição da Câmara Municipal nessa altura.

E em terceiro lugar, se a Câmara está ou não a fazer todas as transferências devidas à Fundação José Relvas.

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona todos os presentes se tiveram alguma conversa com os Pais ou com o Conselho de Administração da Fundação José Relvas.

Informa que tomou conhecimento do assunto e inicialmente não agiu pois considerou que não era um assunto seu, no entanto a partir do momento em que recebeu a exposição dos Pais ao Conselho de Administração contactou com vários Pais e pediu uma reunião ao Conselho de Administração.

Na sua análise considera que o Conselho de Administração agiu legalmente, no entanto concorda a totalmente com a exposição dos Pais, e sente-se seguro pelo facto do documento estar redigido com um conteúdo técnico pedagógico.

Informa que transmitiu ao Conselho de Administração que acha que a pretensão dos Pais deverá ser concretizada, sabe no entanto que esta valência dá há muitos anos um grande prejuízo à Fundação José Relvas.

Considera que as contas devem ser equilibradas para que a situação financeira e social funcionem, e afirma que o Conselho de Administração precisa de condições financeiras para fazer o seu

trabalho e que a Câmara deve contactar o Conselho de Administração no sentido de se inteirar do que é preciso para fazer a Fundação funcionar, ou seja, fazer as devidas transferências dos Legados para que o Conselho de Administração possa satisfazer os Pais.

Considera por isso que de momento o assunto está nas mãos da Câmara Municipal.

O Sr. Vereador João Arraiolos informa que como representante do Município, não esteve presente na Reunião da tomada da decisão e só soube da sua efetividade à posteriori, no entanto tomou-a como uma decisão de gestão da própria Instituição. Informa ainda que conforme acordado com a Fundação, a Câmara transfere mensalmente 1500€ dos Legados.

O Sr. Presidente não concorda que o real problema sejam as transferências da Câmara Municipal, pois se fosse esse o caso a valência já teria encerrado há muito tempo, tendo em conta os anos de anteriores executivos em que não houve qualquer transferência.

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona então onde estão as verbas relativas a outros legados, e considera ilegal o acordo entre a Câmara e a Fundação que prevê as transferências de 1500€.

Tem também conhecimento de um rendeiro dos Legados que não paga a renda à Câmara, que é a cooperativa Agro Alpiarça.

Considera a proposta da recomendação uma conversa de político e não vê nenhuma proposta concreta para a resolução do problema.

Propõe que a Câmara acerte com a Fundação quais os custos inerentes à manutenção da estrutura e que cheguem a um acordo.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar concorda que a recomendação vale o que vale, e não havendo deliberação considera que a Câmara pode reforçar a dotação financeira à Fundação, e tentar viabilizar o interesse maior das crianças.

Não havendo consenso o Sr. Presidente informa que a recomendação sugerida será enviada em nome da maioria.

PERÍODO DO PÚBLICO: -----

O Munícipe António Moreira considera que se sentiu enervado na discussão do último ponto, pois considera que a discussão não foi respeitosa.

Refere a questão do Sr. Vereador Pedro Gaspar, sobre se a Câmara tinha conhecimento antecipado da decisão, e considera que o Sr. Vereador João Arraiolos deveria ter-se feito representar uma vez que não podia estar presente. Considera ainda que todas as gestões autárquicas têm tratado mal a Fundação José Relvas. Informa ainda que irá dirigir-se ao Conselho de Administração e dar a sua opinião.

A Munícipe Carla Raposo, que se apresenta não como Munícipe mas como representante de um órgão da Fundação José Relvas, intervém para dizer que como teve conhecimento que este assunto seria discutido nesta reunião, considerou que deveria intervir também sobre o assunto.

Considera que existem assuntos da Fundação que cabem só ao Conselho de Administração, e informa ainda que todo este assunto foi explicado ao Sr. Vereador João Arraiolos de forma bastante transparente.

Não admite portanto que ninguém diga ao atual Conselho de Administração que agiu de má fé, informa que existiu uma reunião de 4 horas e que os Pais só não entenderam o que lhes foi explicado passado uma hora e meia, foi porque não quiseram.

Informa que no centro infantil as mensalidades são muito baixas e que só meia dúzia de pais é que pagam mensalidades de jeito.

Relativamente à carta considera que aborda aspetos que todos devem refletir sobre eles, pois contem acusações graves e que o parecer do conselho Fiscal foi assinado por si, mas também pelo Sr. Vereador João Arraiolos e pela Sr^a Presidente da Junta de Freguesia.

Informa que ao longo de todos estes anos nunca ninguém teve intenção de encerrar aquela valência. Afirma também que foi sugerido na carta que alguns dos Pais estavam disponíveis para ver a sua mensalidade aumentada, mas que no entanto ainda não chegou nenhuma lista com esses nomes ao Conselho de Administração e que talvez se chegasse o problema se resolvesse.

O Sr. Presidente relativamente ao Munícipe António Moreira, informa que a relação da Câmara com o Conselho de Administração da Fundação José Relvas é perfeitamente cordial, e que tem havido correção na abordagem das questões.

Relativamente à Munícipe Carla Raposo, informa que houve um cuidado de todos de não abordar as questões específicas abordadas na carta, pois é um documento elaborado pelos Pais e com assuntos relativos a estes. Este assunto foi agendado pois o documento foi enviado para todos para conhecimento e como tal consideraram abordá-lo.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram 19 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta por unanimidade para efeitos de execução imediata. -----

E eu, Dora João Duarte Cardoso Baptista, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, a redigi e assino.